



Agenda Regional do
TRABALHO DECENTE DE

arajás

Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás

Abril, 2018

SUMÁRIO

I.	Prefácio	05
II.	Introdução.....	09
III.	Diagnóstico	15
IV.	Prioridades	29
V.	Operacionalização.....	53

I. PREFÁCIO

A mesorregião, também chamada de região de Carajás, compreende um conjunto de municípios na Região Sudeste do estado do Pará (39 municípios), junto à divisa com os estados de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão. Trata-se de região de grande dinamismo econômico que apresenta uma série de desafios ao desenvolvimento sustentável com déficits identificados de Trabalho Decente. O contexto produtivo se caracteriza por uma industrialização tardia de alta intensidade e a presença expansiva da atividade agropecuária, sendo, todavia, a mineração a atividade preponderante. Mineradoras, siderúrgicas, madeireiras, empresas agropecuárias e um grande número de pequenos produtores e produtoras familiares compõem o cenário. Outras características marcantes da região são: extensão e heterogeneidade territorial e a diversidade da população residente, relacionada ao fluxo intenso de migrantes de outros estados brasileiros.

O Projeto de implementação da a Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás foi aprovado pelo Gaete – Grupo Interinstitucional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo de Marabá, integrado por todo o sistema de justiça trabalhista – fiscalização, promoção e jurisdição – e pela sociedade civil organizada. O Gaete foi o doador do Projeto, por meio da Justiça do Trabalho (Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região) e do Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região) e a Organização Internacional do Trabalho ficou responsável por sua implementação. Assim, a proposta de construir a Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás surge de instituições locais que reconheceram a necessidade de pensar estratégias de desenvolvimento sustentável que respeitassem e internalizassem a promoção do Trabalho Decente e fossem baseadas no diálogo social. Trata-se de uma alternativa a históricos

ciclos de crescimento ocorridos na região com lacunas em relação aos pilares do desenvolvimento sustentável: alinhamento dos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Como esses ciclos não teriam logrado expressivos impactos qualitativamente positivos na economia regional, salvo em alguns municípios, a Agenda surge como uma estratégia que busca responder essa demanda de superar iniquidades no mundo do trabalho ao mesmo tempo em que se volta a implantar uma estratégia de desenvolvimento sustentável de acordo com o contexto local.

A Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás reúne diretrizes estratégicas orientadoras das ações pactuadas entre os atores do mundo do trabalho empenhados na defesa do Trabalho Decente como elemento central das estratégias regionais de desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma pauta de compromissos que define uma intervenção multidisciplinar e integrada voltadas para a promoção do Trabalho Decente, no contexto de emergência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ser implementada na região de Carajás. O Objetivo da ARTD de Carajás é promover o Trabalho Decente na região, com foco no desenvolvimento sustentável e ênfase no enfrentamento às formas inaceitáveis de trabalho. A Agenda estabelece os compromissos assumidos por todas as instituições locais que se dispuseram a caminhar juntas em busca do destino comum, de forma participativa e democraticamente definida. Por meio da ARTD de Carajás, será possível definir uma estratégia de desenvolvimento regional que contará com a participação dos principais atores do mundo do trabalho local. Há, ainda, a possibilidade de integração às demais instâncias de governo (estadual e federal). Para tanto, a Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás adotará as seguintes estratégias:

- Valorizar as capacidades institucionais locais, compreendidas como uma forma eficaz de alcançar os anseios, principalmente, da sociedade;
- Fortalecer as instituições-chave locais capazes de estabelecer governança efetiva e promover um processo de desenvolvimento local sustentável;
- Fomentar a capacitação específica em desenvolvimento institucional de modo a colaborar para o aperfeiçoamento da esfera pública local com a participação efetiva de seus diversos agentes;
- Promover as articulações interinstitucionais, concretizadas em parcerias, convênios e acordos de cooperação;

- Possibilitar aos vários atores, em seus diversos níveis, atuação de forma conjunta para equacionar problemas, aproveitar as potencialidades locais e atender as demandas da população;
- Promover ações integradas nas esferas econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Uma Agenda de Trabalho Decente aponta a direção desejada, assinala o rumo a ser seguido, indica o que deve ser superado, estabelece os valores que selecionam e dão consistência às escolhas a serem feitas pela coletividade para que os objetivos sejam alcançados. Sintetiza uma estratégia de ação que busca reduzir os déficits de Trabalho Decente e promover o desenvolvimento sustentável, estabelecendo diferentes metas e prioridades de maneira objetiva e concreta. A Agenda expressa o compromisso de cada instituição envolvida em contribuir, dentro das suas possibilidades, para o esforço conjunto de superação de problemas relevantes da sua sociedade.

Para desenvolver o Projeto de implementação da ARTD de Carajás, a OIT contou com uma Oficial de Projeto, Patrícia Lacerda Trindade de Lima, que coordenou todas as atividades, inclusive a elaboração do presente documento, produto de todas as etapas e das contribuições dos atores locais agregadas ao longo do processo.



II. INTRODUÇÃO

O conceito de Trabalho Decente foi formulado pela primeira vez oficialmente pela OIT em 1999 e sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Assim, o Trabalho Decente passa a ser conceitualizado como o ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos: a promoção dos direitos no trabalho, a geração de empregos produtivos e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. A noção de Trabalho Decente integra, portanto, a dimensão quantitativa e qualitativa do emprego e é uma tentativa de expressar, numa linguagem cotidiana, a integração de objetivos sociais e econômicos, reunindo as dimensões do emprego, dos direitos no trabalho, da segurança e da representação, em uma unidade com coerência interna e que adquire sentido quando considerada na sua totalidade. Segundo Martinez (2005, apud ABRAMO, 2015) a principal novidade no conceito de Trabalho Decente é ser multidimensional, ou seja, acrescentar novas dimensões de caráter normativo, de segurança e de participação/representação, à perspectiva econômica representada pelo conceito de emprego de qualidade, além de envolver o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, e não apenas aqueles/as que têm um emprego regular, estável, protegido, no setor formal ou estruturado da economia¹.

Desde o início, a proposta da ARTD de Carajás esteve baseada no entendimento de que o Trabalho Decente é uma condição fundamental para a su-

¹ ABRAMO, Laís. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil**: uma estratégia de ação baseada no diálogo social / Organização Internacional do Trabalho - Genebra: OIT, 2015, p. 28.

peração da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável, reconhecendo o valor do trabalho como aspecto central na nossa sociedade. Ademais, a mobilização interinstitucional em torno da construção da ARTD representou a disposição dos atores locais para dirigir esforços a fim de consolidar essa estratégia e mobilizar a sociedade, visando, por meio da atuação em conjunto, alcançar o objetivo maior: o desenvolvimento sustentável pelo Trabalho Decente para a região.

O desenvolvimento sustentável envolve um processo de mudança social e de elevação das oportunidades para a sociedade, alinhado ao crescimento e à eficiência econômicas, à conservação ambiental, à qualidade de vida e à equidade. Envolve diversos aspectos orientados para a qualidade de vida: a) social, no sentido de acesso a direitos fundamentais como educação, moradia, saúde, alimentação; b) ambiental, referente ao uso racional e sustentável dos recursos naturais e respeito à cultura e a tradições no seu entorno social; c) econômico, em relação às oportunidades de emprego, satisfação das necessidades básicas e uma boa distribuição da riqueza. O objetivo maior do desenvolvimento é o bem-estar social, com ênfase nos direitos humanos, nas liberdades e na participação política. O crescimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir esse objetivo (PNUD, 2017). Ainda segundo o PNUD, “Erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Para esse fim, deve haver a promoção de um crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo, criando melhores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades, elevando padrões básicos de vida, estimulando a inclusão e o desenvolvimento social e justo e promovendo o gerenciamento integrado e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas” (PNUD, 2017). De acordo com a Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012, para a efetivação do desenvolvimento sustentável é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente para o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes. A aplicação do conceito de

desenvolvimento sustentável evidencia a necessidade de avaliar os impactos da execução de projetos industriais e da implementação de políticas públicas, entre outros, sobre os recursos naturais e a sociedade. Como elemento essencial dessa avaliação estão os impactos negativos das operações e das decisões econômicas, bem como a definição das medidas para a sua mitigação e controle.

O Trabalho Decente é um elemento central para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS como um todo, e, especificamente, para a efetividade do ODS 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e Trabalho Decente para todos. O desenvolvimento sustentável é um tipo de desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (Relatório Brundtland, 1987)² e envolve a integração de três pilares: crescimento econômico; progresso social; sustentabilidade ambiental. No âmbito da ARTD de Carajás, o Trabalho Decente não é apenas um objetivo: é o motor do desenvolvimento sustentável.

Para desenvolver a ARTD de Carajás, foram adotadas as seguintes estratégias:

Articulação e mobilização de atores locais:

- Promoção da participação de atores sociais de relevância com atuação em temas relacionados ao mundo do trabalho, ao meio ambiente e aos direitos humanos na região de Carajás.
- Criação de instâncias de participação dos atores locais no processo de desenho e aprovação da Agenda Regional de Trabalho Decente.

Diálogo social:

- Realização de uma série de atividades colaborativas e participativas de planejamento.
- Realização de consultas públicas à população local.

² Em abril de 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas – Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum”, que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

Capacitação de atores locais:

- Promoção sistemática da apropriação das temáticas trabalhadas, transferência de tecnologia e protagonismo local como maneira de criar um processo sustentável.
- Elaboração, com a participação e de acordo com os interesses de entidades locais, de diagnósticos sobre os déficits de Trabalho Decente na região.
- Ampliação da base de conhecimento sobre perfil de populações beneficiárias prioritárias, potencial e oportunidade de geração de empregos e promoção do desenvolvimento sustentável.

Estruturação de uma Agenda Regional de Trabalho Decente:

- Desenho e validação, pelos atores locais, do texto da Agenda Regional de Trabalho Decente.
- Desenho preliminar de um planejamento estratégico com a definição das etapas posteriores de operacionalização e execução da referida Agenda Regional de Trabalho Decente.

As atividades já desenvolvidas foram as seguintes:

- Audiência Pública;
- assinatura do Memorando de Entendimento com a OIT;
- oficina de Capacitação para o Desenvolvimento da ARTD;
- oficina *Diagnóstico de Trabalho Decente na região de Carajás: subsídios técnicos para implantação de uma Agenda*;
- curso *Desenvolvimento Sustentável e Trabalho Decente*;
- criação de um Grupo de Trabalho Executivo – GTE com realização de reuniões periódicas;
- consultas públicas nos municípios para apresentação da proposta da ARTD aos atores locais, para conhecimento da realidade do mundo do trabalho de cada município, levantamento de temas prioritários e eleição de representantes tripartites de cada município;
- sistematização dos resultados das consultas públicas;

- elaboração do Diagnóstico do Trabalho Decente na região de Carajás, englobando informações detalhadas dos 39 municípios;
- reunião técnica com especialistas para definição dos Eixos Prioritários da ARTD;
- construção e validação do texto da Agenda.

Ressaltam-se entre essas atividades as consultas públicas sobre a ARTD de Carajás realizadas pela OIT durante o período de 18 de maio de 2017 a 13 de setembro de 2017. Vinte e oito municípios foram visitados, vinte e cinco consultas realizadas e 32 municípios se integraram ao Projeto da Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás. Assim, todos os municípios que participaram das Consultas aderiram à proposta. Em todos os municípios, foram eleitos representantes tripartites para prosseguirem representando o seu município no processo de construção da ARTD de Carajás. As consultas públicas permitiram o desenho de um cenário de parceria que fortaleceu as instituições-chave locais capazes de estabelecer governança efetiva e promover um processo de desenvolvimento local sustentável. Foram reconhecidos os desafios e a complexidade das questões do mundo do trabalho de cada município envolvido. Por outro lado, as potencialidades também foram apontadas. Por meio das consultas públicas, todas as instituições e pessoas que possam sofrer os reflexos da decisão do município de se integrar à Agenda tiveram a oportunidade de se manifestar, de colocar suas opiniões, preocupações, experiências, percepções e, ainda, dar colaborações. Para uma Agenda que se propõe participativa, essa foi uma etapa fundamental e decisiva. A partir das consultas públicas e dos temas eleitos como prioritários, foi realizada a Reunião Técnica com Especialistas para Definição dos Eixos Prioritários da ARTD para a qual todos os municípios que participaram das consultas públicas foram convidados a enviar representantes. A partir dos debates e diálogos dessa reunião técnica, juntamente com a análise do Diagnóstico sobre Trabalho Decente na região produzido pela OIT, foram definidas as prioridades da ARTD de Carajás. As prioridades definidas são decorrentes de demandas locais voltadas para a resolução de problemas ligados ao mundo do trabalho específicos da região. A ARTD de Carajás é, sobretudo, o resultado do envolvimento das instituições que se comprometeram e se dispuseram a integrá-la durante todo o seu processo de elaboração.



III. DIAGNÓSTICO³

Contextualização

A região de Carajás englobada no Projeto da Agenda Regional de Trabalho Decente - ARTD de Carajás possui 39 municípios com população estimada de 1,7 milhão de pessoas no ano de 2016, distribuídas num território de mais de 296 mil km². Esses 39 municípios e seus respectivos contingentes populacionais são: Abel Figueiredo (7.179 habitantes), Água Azul do Norte (26.497 habitantes), Anapu (26.271 habitantes), Bannach (3.233 habitantes), Bom Jesus do Tocantins (16.375 habitantes), Brejo Grande do Araguaia (7.206 habitantes), Breu Branco (62.737 habitantes), Canaã dos Carajás (34.853 habitantes), Conceição do Araguaia (46.485 habitantes), Cumaru do Norte (12.765 habitantes), Curionópolis (17.578), Dom Eliseu (57.251 habitantes), Eldorado dos Carajás (32.780 habitantes), Floresta do Araguaia (19.508 habitantes), Goianésia do Pará (38.677 habitantes),

³ O relatório completo do diagnóstico para a região de Carajás – com dados sobre todos os 39 municípios - integrou uma das etapas do Projeto “ESTRUTURAÇÃO DA AGENDA REGIONAL DE TRABALHO DECENTE (ARTD) DE CARAJÁS E DE PROPOSTA OPERACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO, que buscou oferecer uma visão panorâmica do multifacetado conceito de Trabalho Decente e os indicadores que o caracterizam para os municípios que formam a região de Carajás, no estado do Pará. A elaboração desse diagnóstico teve como ponto de partida o trabalho realizado na construção do Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente (SIMTD) que, além do Censo 2010, utilizou outras importantes fontes de informações do IBGE – a exemplo da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), Produto Interno Bruto dos municípios, Cadastro Central de Empresas (Cempre) e diversos registros administrativos e estatísticas oficiais oriundas das mais diversas instituições integrantes do Sistema Estatístico Nacional, com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e registros da inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho (MT), estatísticas da Previdência Social e informações dos programas de assistência social do governo federal, dentre outras.

Itupiranga (51.806 habitantes), Jacundá (56.781 habitantes), Marabá (266.932 habitantes), Nova Ipixuna (16.032 habitantes), Novo Repartimento (72.347 habitantes), Ourilândia do Norte (31.359 habitantes), Pacajá (45.596 habitantes), Palestina do Pará (7.404), Parauapebas (196.259 habitantes), Pau d'Arco (5.436 habitantes), Piçarra (12.653 habitantes), Redenção (81.647 habitantes), Rio Maria (17.721 habitantes), Rondon do Pará (50.460 habitantes), Santa Maria das Barreiras (20.396 habitantes), Santana do Araguaia (68.934 habitantes), São Domingos do Araguaia (24.659 habitantes), São Félix do Xingu (120.580 habitantes), São Geraldo do Araguaia (24.394 habitantes), São João do Araguaia (13.569 habitantes), Sapucaia (5.678 habitantes), Tucumã (37.920 habitantes), Tucuruí (108.885 habitantes) e Xinguara (43.188 habitantes). Essa região concentra aproximadamente 18% da atual população do estado, dos quais mais de 1/5 residem no município de Marabá, o mais populoso. Parauapebas, São Félix do Xingu e Tucuruí são os três outros municípios com mais de 100 mil habitantes da região de Carajás. Por outro lado, os municípios de Bannach, Pau D'arco, Sapucaia, Abel Figueiredo, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará têm menos de 10 mil habitantes. As estimativas do IBGE indicam crescimento populacional para a maioria dos municípios entre 2010 e 2016, mas em sete deles a projeção é de declínio populacional (Bannach, Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Pau D'Arco, Piçarra e São Geraldo do Araguaia). No tocante à extensão territorial, mais de 3/4 dos municípios possuem territórios menores que 10 mil km². O município de território mais extenso da região é São Félix do Xingu, com 84.212,847 km², mais de 137 vezes o território do menor município da região, Abel Figueiredo, com 614,131 km².

O PIB *per capita* da região foi de R\$ 17.249,39 em 2015, abaixo da média nacional, de R\$ 28.876,00, para o mesmo período, porém acima da média estadual do Pará, de R\$ 16.028,96. A distribuição desses valores flutua bastante entre os municípios, oscilando entre R\$ 103.806,82 em Canaã dos Carajás e R\$ 7.022,36 em Palestina do Pará, por exemplo. Quase metade (42,3%) do Valor Agregado Bruto (VAB)⁴ da região deriva da Indústria (majoritariamente extrativista mineral, com a presença da empresa Vale, uma das maiores empresas de mineração do mundo), seguida pelo setor de Serviços (40,0%). As análises da contribuição setorial ao produto municipal e da estrutura da ocupação, quando realizada simulta-

⁴ Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

neamente, fornecem importantes elementos para a compreensão das relações entre a dinâmica econômica e o mercado de trabalho. Os municípios de Cumaru do Norte, Bannach, Santa Maria das Barreiras e Piçarra possuem mais de 50% de seu VAB oriundo da Agropecuária. Já Tucuruí, Canaã dos Carajás e Parauapebas possuem mais de 50% de seu VAB oriundo da Indústria. Um contingente de 28 municípios, incluindo Marabá (o mais populoso da região), possui a maior parte de seu VAB com origem nos setores de Serviços, Administração, Saúde, Educação Pública e Seguridade Social. É importante chamar a atenção para o fato de que o VAB do setor de Serviços inclui os gastos correntes da Administração Pública (APU) e que há municípios com atividades econômicas mais incipientes que têm nos gastos da Administração Pública com pagamento dos seus agentes o principal (ou um dos principais) segmento/s de suas economias. Dos municípios da região, São João do Araguaia (49,2%) tinha a maior parcela de VAB oriunda da administração pública no ano de 2015. Por outro lado, há um conjunto de 13 outros municípios, onde a participação da APU (principalmente a prefeitura/governo municipal) representa mais de 1/3 do VAB, a exemplo de Palestina do Pará (47,9%), Nova Ipixuna (42,1%) e Jacundá (41,5%).

No âmbito do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os municípios com mais baixo valor em 2010 eram: Pacajá (0,515), Itupiranga (0,528), Novo Repartimento (0,537), Santa Maria das Barreiras (0,544) e Anapu (0,548). Apenas os seguintes municípios da região superam o índice médio estadual (0,646): Tucumã (0,659), Tucuruí (0,666), Marabá (0,668), Redenção (0,672), Canaã dos Carajás (0,673) e Parauapebas (0,715), sendo que apenas este último figurava na faixa de Alto Desenvolvimento Humano.

As informações do Cempre (Cadastro Central de Empresas) do IBGE, para o ano de 2015, nos mostram que a região de Carajás possui 17.652 empresas e outras organizações, o que corresponde a 25,12% do total das empresas do estado. Os setores mais expressivos são comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (53,63% do total de empresas), indústrias de transformação (7,40%) e educação (5,35%). Os municípios com maior número de empresas são Marabá (3.506), Parauapebas (3.048) e Redenção (1.439).

O contingente de população ocupada em trabalhos informais na região, isto é, o público-alvo de políticas de formalização, era composto por 351.856 pessoas, o que corresponde a 20,56% do total estadual. Mais de 1/4 desse contingente estava dividido entre os municípios de Marabá, Parauapebas e São Félix do Xin-

gu. Entretanto, vale a pena considerar que até o dia 31 de dezembro de 2017, a região contava com 32.315 trabalhadoras e trabalhadores formalizados na condição de Microempreendedor Individual (MEI), o equivalente a 17,94% do total de MEI do estado do Pará. Marabá (6.629) e Parauapebas (5.642) respondem juntos por quase 40% dos microempreendedores individuais da região.

Como resultado da deterioração ocorrida no mercado de trabalho, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, indicam que na região ocorreram 70.250 (28,46% do total do estado) admissões contra 83.558 desligamentos (28,80% dos desligamentos no Pará) no ano de 2016, perfazendo uma perda líquida de -13.338 empregos formais celetistas. Apenas dez municípios (Curionópolis, Anapu, São Geraldo do Araguaia, Bannach, Santa Maria das Barreiras, Sapucaia, Santana do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Félix do Xingu e São João do Araguaia) apresentaram saldo positivo entre admissões e desligamentos. Em termos absolutos, a perda de empregos foi bastante expressiva em Canaã do Carajás (-7.023), Marabá (-2.695), Parauapebas (-1.972) e Ourilândia do Norte (-1.131 postos celetistas).

Uma dimensão fundamental da qualidade dos postos de trabalho é a disseminação dos contratos regulares, isto é, daqueles definidos segundo a legislação vigente e que propiciam acesso à proteção social. A redução da informalidade é, portanto, um elemento central para a promoção do Trabalho Decente. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais⁵ (RAIS), o número de vínculos empregatícios na região oscilou de 86.411 em 2003 para 211.520 em 2016. Já com base no Censo 2010, a Taxa de Formalidade⁶ da região estava na média de 31,64%, enquanto as médias estadual e nacional eram de 37,1% e 59,6%, respectivamente.

De acordo com os dados do Censo 2010, a média do rendimento oriundo de todos os trabalhos das pessoas ocupadas nos domicílios particulares da região

⁵ A RAIS é um registro administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.

⁶ Corresponde à participação do somatório dos trabalhadores com carteira assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, na estrutura ocupacional total.

representava 79,4% do rendimento total domiciliar, acima da média estadual de 77,1%. Essa proporção superava os 86% nos municípios de Sapucaia (89,6%), Tucumã (87,7%), Canaã dos Carajás (87,4%) e Parauapebas (86,7%), ao passo que ficava abaixo de 70% nos municípios de Palestina do Pará (69,9%), Nova Ipixuna (69,3%) e São Domingos do Araguaia (63,9%). Frente a esse contexto, uma significativa proporção das famílias da região depende primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho.

Saúde e Segurança no Trabalho

Segundo as informações oriundas do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho, elaborado pelo SmartLab de Trabalho Decente MPT – OIT, o número de acidentes de trabalho registrados na região⁷ entre 2012 e 2016 foi de 10.164 (22,73% dos acidentes registrados no Pará no mesmo período). Os municípios que registraram maior número de acidentes foram Parauapebas (2.644), Marabá (1.991), Canaã dos Carajás (953) e Redenção (618). Quanto aos óbitos decorrentes de acidentes de trabalho, foram registrados 114 no período analisado (28,93% dos óbitos registrados no estado). Os municípios com maior número de acidentes fatais foram Parauapebas (19), Marabá (11), Canaã dos Carajás (7), São Félix do Xingu (7) e Goianésia do Pará (6). O número total de afastamentos previdenciários acidentários para o período na região foi de 6.925 (15,48% do total registrado no estado), resultando em uma perda estimada de 1.971.069 dias de trabalho (32,82% do total estadual) e um impacto previdenciário da ordem de R\$ 96.317.555,71 decorrente desses afastamentos.

Juventude

Em 2010, enquanto a taxa de desocupação média para a região (referente aos trabalhadores de 16 a 64 anos de idade) era de 8,6%, entre os jovens (15 a 24 anos de idade) a média regional alcançava 14,9% ainda que se situasse abaixo da

⁷ Refere-se ao município de ocorrência do acidente. Dessa forma, os dados podem divergir de levantamentos locais, caso seja utilizado o conceito de município de localização do estabelecimento empregador ou município de residência do segurado acidentado.

média estadual juvenil de 17,1%. Os municípios com as maiores taxas de desocupação juvenil na região eram Santana do Araguaia (34,4%), Jacundá (23,8%), Rondon do Pará (22,6%) e Abel Figueiredo (22,3%). No ano de 2010, um contingente de 89.511 jovens de 15 a 24 anos de idade na região não estudava e não estava no mercado de trabalho, o equivalente a 21,89% da população juvenil desocupada no estado. A maior proporção de jovens entre 15 e 24 anos que não estudavam e não estavam ocupados no mercado de trabalho encontrava-se nos seguintes municípios: São Félix do Xingu (37,0%), Bannach (36,8%), Pacajá (35,1%), Água Azul do Norte (35,1%) e Cumaru do Norte (35,1%). Em 2010, entre as mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estavam estudando nem estavam trabalhando na região, uma média de 63,5% eram mães (comparadas a uma média estadual de 56,7%). Essa lista era encabeçada pelos municípios de Anapu (74,0%), Santa Maria das Barreiras (72,6%), Pacajá (72,5%), Bannach (72,4%) e Rio Maria (71,9%). Evidencia-se, portanto, as dificuldades que enfrentam muitas jovens mulheres para conciliar trabalho, estudo e vida familiar.

Gênero e raça

Segundo os dados do Censo 2010, a região possuía um contingente de 31.716 mulheres ocupadas de 16 a 49 anos de idade que tinham filhas e filhos de 0 a 3 anos de idade (19,3% do total estadual) – o equivalente a 16,4% do total de mulheres trabalhadoras nessa faixa etária. Os municípios com maior proporção de mulheres ocupadas com filhos de 0 a 3 anos eram Itupiranga (23,0%), Ourilândia do Norte (22,7%) e Novo Repartimento (22,5%). Para uma média de 64,7% das trabalhadoras com filhos de 0 a 3 anos de idade, nenhum deles frequentava creche na região, acima da média estadual de 59,6%. As maiores proporções de mulheres nessa condição encontravam-se em Pacajá (86,3%), Pau D'Arco (78,9%) e Nova Ipixuna (78,2%). Apenas os municípios de São Geraldo do Araguaia, Curionópolis, Bom Jesus do Tocantins, Jacundá, Brejo Grande do Araguaia, Tucumã e São João do Araguaia têm médias abaixo da estadual para esse parâmetro. Os dados do Censo 2010 indicam que para aquele ano, das 17.954 pessoas na região entre 16 e 64 anos de idade que ocupavam cargos de dirigentes em geral, 71,9% do total era de homens e 28,1% eram mulheres, uma diferença ainda mais pronunciada do que a distribuição estadual (62% de homens e 38% de mulheres). Essa diferença da distribuição pode ser observada com maior gravidade nos municípios de Anapu (90,4% homens e 9,6% mulheres), Bannach (86,4% homens e

13,6% mulheres), São João do Araguaia (85,7% homens e 14,3% mulheres) e Água Azul do Norte (85,3% homens e 14,7% mulheres), de acordo com o Censo 2010, IBGE. Ainda de acordo com o Censo 2010, na região, as mulheres trabalhadoras recebiam, em média, 79,4% do valor do rendimento auferido pelos homens. A referida proporção era de 82,5% no conjunto do estado e de 74,2% na média nacional. Essa situação era ainda mais discrepante nos municípios de São Geraldo do Araguaia (61,7% do rendimento dos homens), Bannach (65,1% do rendimento dos homens), Xinguaçu (65,2% do rendimento dos homens) e São Félix do Xingu (66,5% do rendimento dos homens). Tradicionalmente, as mulheres participam menos que os homens no mercado de trabalho, entre outros fatores devido a barreiras culturais, que ainda persistem, e a uma divisão sexual do trabalho que lhes atribui às funções de cuidado e reprodução social na esfera doméstica, que não são consideradas trabalho e subtraem tempo para a inserção no mercado de trabalho. Em virtude dessa “invisibilidade do trabalho feminino”, um significativo aporte laboral e produtivo das mulheres é subestimado e não se reflete na taxa de participação. A tendência regional se repete na análise por gênero da taxa de participação, com Tucumã liderando o ranking da região com a maior taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho (62,4%), e Água Azul do Norte e Santa Maria das Barreiras em último lugar (33,3% e 32,1% respectivamente), de acordo com o Censo 2010 – IBGE.

Considerando-se cor ou raça, a população negra ocupada na região ganhava, em média, 72,2% do rendimento recebido pela população ocupada branca. As proporções referentes às médias estadual e nacional eram de 62,2% e 56,6%, respectivamente. Embora a média da região estivesse acima da estadual e nacional, os municípios de Tucuruí e Sapucaia apresentaram proporções baixas (população negra, em média, ganhava 53,0% e 53,6% do que a população branca, respectivamente).

Trabalho Doméstico

De acordo com o Censo 2010, a região possui um contingente de 32.982 (19,1% do total do estado) trabalhadores/as domésticos, em sua maioria esmagadora composto por mulheres negras. Apesar disso, a proporção desses/as trabalhadores/as que possuíam carteira assinada era muito baixa, perfazendo uma média de 11,0% para a região. Menos de 1/8 dos municípios possuíam uma propor-

ção de trabalhadores/as domésticos/as com carteira assinada acima da média estadual, que é 19,4% de acordo com o Censo 2010. Ao analisar os rendimentos oriundos do trabalho doméstico, observamos que na região um/a trabalhador/a doméstico/a ganha em média 0,7 de salário mínimo (comparado à média estadual de 0,8 SM). Em Palestina do Pará, essa média chega a 0,4 SM. Isso evidencia a desvalorização dessa ocupação e o agravamento dos baixos rendimentos da população que desempenha essa atividade.

Trabalho Forçado

Entre 2003 e 2017, aproximadamente 43.428 pessoas foram libertadas de situações de trabalho análogo ao de escravo no Brasil. Desses, 9.853 resgates ocorreram no estado do Pará, fazendo dessa unidade da Federação aquela que mais teve resgates (22,69% do total nacional). Dos resgates realizados no estado, mais da metade (6.745 ou 68,5%) foram realizados no conjunto dos 39 municípios da região de Carajás. Embora possa se inferir que o município de Redenção seja um dos principais pontos de recrutamento para trabalho forçado no estado (488 egressos declararam sua residência nesse município no momento do resgate, encabeçando a lista do Pará), é importante observar que há uma tendência de fluxo migratório decorrente desse recrutamento. Ao analisarmos os dados nacionais, percebemos que apesar do alto número de resgates realizados no estado, o Pará corresponde, apenas, a 8,5% da naturalidade dos egressos (3º lugar na classificação nacional, atrás de Maranhão e da Bahia) e 14,9% dos egressos que declararam residência nessa unidade da Federação (2º lugar na classificação nacional, atrás do Maranhão), de acordo com o Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, 2017 – OIT – MPT. Dos cinco municípios com maior prevalência de resgates no estado, quatro pertenciam à região de Carajás (São Félix do Xingu, Marabá, Pacajá e Goianésia do Pará). Cinco municípios da região também encabeçam a classificação de municípios de naturalidade de trabalhadores egressos (Goianésia do Pará, Itupiranga, Redenção, Conceição do Araguaia e Marabá). No tocante à residência dos egressos, quatro dos cinco municípios de maior número também pertenciam à região de Carajás (Redenção, Itupiranga, Goianésia do Pará e Rondon do Pará). O Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho indicava que, em 30 de dezembro 2013, em 27 dos 39 municípios havia infra-

tores que foram flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão no município. Os municípios com maior número de estabelecimentos onde se perpetuava essa violação de direitos foram São Félix do Xingu (15), Rondon do Pará (12) e Goianésia do Pará (10).

Trabalho Infantil

O Censo 2010 registrou na região de Carajás um contingente de 39.738 crianças e adolescentes ocupados/as entre 10 e 17 anos de idade (22,1% do total estadual), correspondendo a um Nível de Ocupação de 15,3%. As médias estadual e nacional para esse indicador eram de 13,6% e 12,4%, respectivamente. Para a faixa etária de 10 a 13 anos, na qual o trabalho é proibido em qualquer forma, os maiores contingentes de crianças ocupadas em números absolutos encontravam-se nos municípios de Marabá (1.256), Novo Repartimento (677), São Félix do Xingu (672) e Itupiranga (607). Em termos proporcionais, os municípios com as situações mais críticas, traduzidas pelo nível de ocupação, eram Anapu (22,0%), Eldorado dos Carajás (14,0%), Nova Ipixuna (12,8%) e Água Azul do Norte (12,6%). Embora o trabalho seja permitido às crianças e adolescentes de 14 e 15 anos na condição de aprendiz, podemos observar que o contingente de ocupados nessa faixa etária não condiz com os baixos números da aprendizagem na região. No ano de 2016, apenas os municípios de Marabá, Parauapebas, Santana do Araguaia, Canaã dos Carajás, Dom Eliseu, Tucumã, Redenção, Xinguara, Piçarra, Santa Maria das Barreiras e Sapucaia possuíam aprendizes entre 14 e 15 anos, e num número muito inferior ao contingente ocupado registrado no Censo 2010. Fica evidente, portanto, que a grande maioria da população ocupada de 14 e 15 anos na região se encontra em situação irregular de trabalho infantil. Conforme dados oriundos do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil no Brasil (Siti), do Ministério do Trabalho, foram realizadas 459 ações de fiscalização na região de Carajás entre os anos de 2007 e 2017, resgatando 588 crianças e adolescentes no período. A grande maioria dessas ações ocorreram em Marabá e Parauapebas, que juntas respondem por 21,5% dos resgates registrados no estado entre 2007 e 2017. No caso de Marabá, foram resgatadas 205 crianças e adolescentes com até 17 anos de idade em situação irregular de trabalho. Já em Parauapebas, foram 170. Em seguida, figuravam os municípios de Tu-

curuí (69 crianças e adolescentes), Redenção (51), Rondon do Pará (25) e Dom Eliseu (18). Já no ano de 2017, as ações de fiscalização reduziram significativamente e contemplaram apenas um exíguo contingente de dez municípios do estado do Pará. Desses dez, três pertenciam à região de Carajás. Em Marabá, foram realizadas 20 ações fiscais (com quatro afastamentos). Já em Novo Repartimento, cinco fiscalizações encontraram oito crianças e adolescentes exercendo trabalho irregular. Por fim, em Tucuruí, foram registradas 22 ações fiscais que permitiram o afastamento de 17 pessoas em situação de trabalho infantil. O conjunto dessas análises revela algo que causa bastante inquietação: entre 2007 e 2017, um conjunto de 15 municípios não foi objeto de nenhuma ação fiscal. A situação se torna ainda mais preocupante na medida em que diversos desses municípios apresentavam significativa incidência de trabalho infantil na faixa de 10 a 17 anos de idade, com base no Censo 2010, a exemplo de: Anapu (32,5%) – maior nível de ocupação da região de Carajás; São João do Araguaia (19,5%); Rio Maria (19,2%); Água Azul do Norte (18,3%); Bom Jesus do Tocantins (16,2%) e Brejo Grande do Araguaia (16,1%). Segundo o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que estabelece a lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, o trabalho doméstico (dentre outras atividades) é terminantemente proibido para crianças e adolescentes abaixo de 18 anos. Segundo informações do Censo 2010, no entanto, um total de 3.465 crianças entre 10 e 17 anos estavam ocupadas, na região de Carajás, nessa atividade. Em termos absolutos, os maiores contingentes eram encontrados em Marabá (380), Novo Repartimento (272) e Redenção (227). As maiores proporções dessa atividade em relação ao total de ocupados de 10 a 17 anos de idade, por sua vez, foram encontradas em Goianésia do Pará (17,7%), Piçarra (17,0%), Dom Eliseu (15,7%), Palestina do Pará (15,6%), e Sapucaia (15,5%), bem acima da média estadual de 7,5%. A análise detida desses dados apontou a maior incidência dessa ocupação entre mulheres e negros, o que confirma a interseccionalidade do trabalho infantil doméstico e seus agravantes.

Educação

Em função dos avanços observados na alfabetização da população brasileira desde a década de 1990, a região apresentava, entre a população de 15 anos ou mais de idade, taxa de alfabetização de 82,4% no ano de 2010, com apenas dois municípios abaixo de 76% (Goianésia do Pará e Pau D'Ar-

co) e o município de Parauapebas apresentando a taxa mais alta da região (92,4%). As taxas correspondentes ao estado e ao país eram de 88,3% e de 90,6%, respectivamente. O contingente de pessoas analfabetas na região era de 156.825, das quais 17.154 estavam em Marabá. O município de Cumaru do Norte possuía uma taxa de analfabetismo de 13,9% entre pessoas de 15 a 24 anos de idade (comparada à média estadual em 3,9%). Da região, era o único cuja taxa está acima de 10%. Tratando-se do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb⁸), os dados referentes ao ano de 2015 indicavam que na Rede de ensino pública (federal, estadual e municipal) o valor do Ideb para os anos iniciais do ensino fundamental em diversos municípios era inferior à média correspondente ao estado do Pará (4,3), a exemplo de Itupiranga (3,5), São João do Araguaia (3,5), Santana do Araguaia (3,6) e Cumaru do Norte (3,7). A mesma tendência era observada no caso do Ideb referente aos anos finais do ensino fundamental, no qual a média para o Pará era de 3,6 e para um conjunto de 20 municípios da região de Carajás o valor situava-se abaixo da média, sendo que os índices mais baixos eram observados em Santana do Araguaia e Sapucaia (2,7).

Pessoa com Deficiência

Segundo os dados da RAIS, a região contava com 1.288 vínculos empregatícios preenchidos por pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho (15,93% do total estadual) em 31 de dezembro de 2016, sendo que para mais de 2/3 dos municípios havia menos de 10 vínculos formais para pessoas com deficiência. Abel Figueiredo, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Itupiranga, Pau D'Arco, Piçarra, São João do Araguaia e Sapucaia não possuíam qualquer vínculo formal preenchido por pessoas com deficiência (Fonte: RAIS 2016, MT).

⁸ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Ministério da Educação em 2007 e é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Ideb utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Seguridade Social

Segundo dados e estimativas do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (CadÚnico), 150.942 famílias na região foram beneficiárias do Programa Bolsa Família no ano de 2017, o que representa 17,0% das famílias cadastradas no estado do Pará. Isso nos oferece uma visão interessante acerca do fenômeno da pobreza extrema na região. Nos municípios de Brejo Grande do Araguaia, Pacajá, São João do Araguaia e Palestina do Pará, os beneficiários do Programa Bolsa Família representam mais de 50% da população total do município. Em Anapu, o total de beneficiários perfaz 61,79% da população total, segundo estimativas do MDS. Essas mesmas estimativas nos indicam que há aproximadamente 497.943 pessoas em situação de pobreza extrema na região, sendo que os maiores números absolutos podem ser encontrados em Marabá (48.421 beneficiários), Tucuruí (34.767 beneficiários), Parauapebas (30.891 beneficiários) e São Félix do Xingu (28.083). Já o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família era de 156.159 em 2016 (17,43 % das famílias beneficiárias do estado) e o valor repassado anualmente alcançava a expressiva cifra de R\$ 342.380.335 (16,46% do total repassado para o estado do Pará), de acordo com o CadÚnico, 2016 – MDS. Na região, em 2010, 109.419 domicílios particulares recebiam auxílio de programa social, Bolsa Família e/ou Peti, o equivalente a 31,1% do total de domicílios. A região responde por 19,17% dos domicílios do estado que recebem esse tipo de auxílio. Os municípios com maior proporção de domicílios que recebiam auxílios sociais são Palestina do Pará (47,7%), Pau D'Arco (44,7%), Breu Branco (44,2%), Brejo Grande do Araguaia (40,8%), Anapu (40,5%) e São Domingos do Araguaia (40,3%) de acordo com o Censo 2010, IBGE.

No ano de 2010, o número de pessoas ocupadas de 16 a 64 anos de idade que contribuíam para a Previdência Social na região era de 226.355 (21,07% dos contribuintes do estado nessa faixa etária) ou 34,3% do total dos ocupados dessa faixa etária (abaixo da proporção estadual de 39,6%). Entre os assalariados de 16 a 64 anos, havia um contingente de 213.146 contribuintes para a Previdência, o que perfazia 21,45% dos contribuintes assalariados do estado. Isso representava uma proporção de 51,0% da população assalariada contribuindo para a Previdência, comparados à proporção estadual de 61,3%. Entre os municípios com menor proporção de assalariados contribuintes, estavam Eldorado dos Carajás (34,5%), Nova Ipixuna (34,9%) e Novo Repartimento (36,5%). Parauapebas,

por sua vez, possuía a maior proporção de contribuintes assalariados (76,6%). Entre a população trabalhadora por conta própria, o número de contribuintes era de 12.417 (14,38% do total estadual) e a proporção dessa categoria que era coberta pela Previdência Social era de 7,9% (comparado à proporção estadual de 10,5%). Os municípios com a proporção mais baixa de contribuintes que trabalhavam por conta própria foram Novo Repartimento, Santa Maria das Barreiras e São João do Araguaia, todos com 2,0% cada. No caso do município de Sapucaia, os dados amostrais não permitiram inferir o pequeno contingente de contribuintes registrados nessa categoria.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também assume grande relevância na área da Seguridade Social. Em 2016, o número de beneficiários total era de 35.445 (17,25% do total estadual), distribuídos entre 20.771 pessoas idosas com 65 anos ou mais de idade (18,17% do total estadual) e 14.674 pessoas com deficiência (16,11% do total estadual), que, em ambos os casos, viviam em famílias cuja renda *per capita* familiar era inferior a ¼ do salário mínimo. O montante total de recursos transferidos aos beneficiários durante o ano de 2016 foi de R\$ 337.178.204, sendo R\$ 197.021.223 direcionados às pessoas idosas e R\$ 140.156.981 transferidos às pessoas com deficiência. O maior contingente de beneficiários do BPC encontrava-se nos municípios de Marabá (6.875), Tucuruí (3.354) e Redenção (3.067). No âmbito da Previdência Social, o valor total dos benefícios emitidos ao longo do ano de 2015 perfazia o montante de R\$ 1.565.448.354, equivalente a 17,77% do valor emitido nesse ano para todo o estado do Pará.



IV. PRIORIDADES

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Resultado Esperado

Políticas públicas, programas, projetos e ações da iniciativa privada alinhados, desenvolvidos, implementados e consolidados para promoção do desenvolvimento sustentável na região baseado na inclusão e na justiça social, no Trabalho Decente, no fortalecimento de empresas sustentáveis, na responsabilidade socioambiental e considerando, ainda, as particularidades locais.

Linhas de ação e iniciativas propostas:

1. Implementar um modelo produtivo de agricultura familiar socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável

- 1.1 Prestar orientação e apoio técnico ao planejamento, à aplicação e à gestão dos recursos recebidos em programas e projetos de apoio à agricultura familiar.
- 1.2 Prestar orientação e apoio técnico para os agricultores familiares atenderem aos critérios das compras institucionais.
- 1.3 Apoiar os trabalhadores na organização da produção familiar sustentável, fomentando a capacidade de escoamento da produção e geração de trabalho e renda em condições dignas.
- 1.4 Estimular iniciativas que permitam condições de acesso e permanência de trabalhadores rurais vulneráveis em atividades agríco-

las e não agrícolas, fomentando a produção sustentável baseada na agroecologia, com tecnologias alternativas apropriadas à agricultura familiar.

- 1.5 Desenvolver conhecimentos e práticas de educação ambiental voltadas para o público da agricultura familiar, incluindo a capacitação em educação ambiental para os agricultores familiares que contemple: gestão de resíduos sólidos; manejo e combate a incêndios; destinação correta de embalagens de agrotóxicos e resíduos químicos; regularização ambiental das propriedades; outros.
- 1.6 Aproximar a escola e as universidades das realidades e necessidades da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas por meio de pesquisa, programas de estágio e intercâmbio.
- 1.7 Criar rede regional de produtores voltada para a agricultura familiar.
- 1.8 Promover a integração de informações sobre a agricultura familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.
- 1.9 Promover a articulação interinstitucional para criação de um sistema integrado de Ater, incluindo municípios, consórcios intermunicipais, prestadores de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, voltado para a agricultura familiar.
- 1.10 Articular parcerias junto aos órgãos federais e estaduais de fomento à assistência técnica e extensão rural de modo a garantir a participação das organizações da agricultura familiar quando da elaboração das chamadas públicas.

2. Estruturar cadeias de valor sustentáveis assegurando a interseccionalidade das perspectivas econômica/produtiva, social/laboral, ambiental e institucional e envolvendo os agentes de todas as partes do processo de produção e de geração de valor

- 2.1 Mapear as cadeias produtivas para identificar e categorizar os atores-chave no setor, as instituições de apoio, os circuitos de mercado, inclusive alternativos, para entender todo o processo e identificar os pontos de estrangulamento e, ainda, para entender o nível de coordenação e cooperação na cadeia.

- 2.2 Elaborar diagnóstico para visualizar a cadeia de forma integral e identificar as debilidades para superar entraves e gargalos e investir de forma prioritária nas potencialidades.
- 2.3 Realizar estudo sobre a potencialidade das possíveis cadeias produtivas, especificando, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o potencial de crescimento de mercado, a criação de empregos, as vantagens comparativas, a agregação de valor, os existentes ou potenciais mercados consumidores.
- 2.4 Dar maior atenção às peculiaridades de cada região no planejamento das atividades com as cadeias produtivas, desde a concepção, passando pelas fases intermediárias de produção até o consumidor final, incluindo todas as atividades de cada etapa, bem como considerando todos os atores envolvidos e fatores de entorno, regras, concorrências e preços.
- 2.5 Implementar um processo de melhoria da/s cadeia/s produtiva/s na busca de agregação de valor e geração de retorno econômico para os atores da/s comunidade/s.
- 2.6 Organizar os trabalhadores em cooperativas para que passem a comprar e a comercializar insumos, beneficiar ou transformar matérias primas etc.
- 2.7 Motivar o estabelecimento de cooperação técnica entre os elos da cadeia.
- 2.8 Incrementar os fatores condicionantes de competitividade em cada segmento.
- 2.9 Envolver empreendimentos da agricultura familiar em cadeias produtivas como estratégia para os produtores se apropriarem da renda gerada nas etapas subsequentes de cada cadeia.
- 2.10 Apoiar o desenvolvimento das cadeias de turismo ecológico, turismo rural, de gastronomia regional e artesanato, com ênfase na participação de Povos e Comunidades Tradicionais e assentados da reforma agrária.
- 2.11 Desenvolver estratégias para a coibição da existência de trabalho infantil e de trabalho escravo nas cadeias produtivas, por meio da implementação de pactos e acordos intersetoriais.
- 2.12 Inibir toda forma de trabalho precário, presente entre os trabalhadores informais e terceirizados, por meio de compromisso das

próprias organizações – públicas e privadas – para que fiscalizem toda a sua cadeia produtiva.

- 2.13 Criar comissões nas organizações com a responsabilidade de fiscalizar toda a sua cadeia produtiva, inclusive quando da existência do trabalho terceirizado, para atestarem as condições de trabalhos existentes.
- 2.14 Garantir maior integração entre os agentes envolvidos nas diferentes etapas de trabalho da cadeia produtiva, para melhorar o resultado e a qualidade do produto final.
- 2.15 Incentivar e apoiar a formulação e a gestão de planos turísticos regionais e municipais, com o protagonismo da cadeia produtiva, adotando visão integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas.

3. Organizar, estruturar e fortalecer os empreendimentos de economia solidária e as cooperativas

- 3.1 Organizar um suporte integrado para atendimento das necessidades dos empreendimentos econômicos sustentáveis e solidários.
- 3.2 Utilizar prioritariamente os recursos e as vantagens competitivas locais sem desprezar as eventuais contribuições externas.
- 3.3 Fomentar a assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e a formação de rede regional de cooperação de economia solidária.
- 3.4 Produzir e disseminar conhecimentos e tecnologias sociais específicas da economia solidária.
- 3.5 Formar cadastro regional de empreendimentos e entidades de apoio e manutenção para assegurar o fluxo de informações e o fortalecimento das iniciativas.
- 3.6 Apoiar incubadoras de empreendimentos econômicos solidários.
- 3.7 Promover pesquisas para criação de tecnologias sustentáveis, de produção, beneficiamento e comercialização.
- 3.8 Apoiar empreendimentos da economia solidária e associativismos já existentes em diferentes áreas, incluindo arte e cultura, esporte e turismo, nas zonas rurais e urbanas, por meio de incubadoras públicas de empreendimentos populares e solidários.

- 3.9 Estimular e fomentar a organização de cooperativas e associações e apoiar a inserção de empreendimentos em redes ou associações de suporte à economia popular e solidária.
- 3.10 Criar mecanismos para certificação dos produtos oriundos dos empreendimentos solidários.
- 3.11 Criar mecanismos de acesso dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, das cooperativas e associações à proteção social.
- 3.12 Fomentar incubadoras de negócios, com apoio da extensão universitária.
- 3.13 Buscar garantias institucionais e promover orientações para que os empreendimentos de economia solidária possam participar de licitações públicas.
- 3.14 Desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos empreendimentos de economia solidária aos recursos públicos.
- 3.15 Formar gestores públicos para atuação em economia solidária.
- 3.16 Fortalecer as organizações sociais produtivas, incluindo o apoio à criação, à regularização e à orientação sobre a gestão de negócios.
- 3.17 Criar programa de apoio ao associativismo e cooperativismo para gestão de empreendimentos rurais, estimulando a participação de mulheres e jovens.
- 3.18 Formar e capacitar trabalhadores vulneráveis em organização produtiva, gestão de empreendimentos e formação de novas lideranças.
- 3.19 Apoiar o desenvolvimento de habilidades técnicas e profissionais, capacidades empresariais e gerenciais, conhecimento do potencial de negócio e habilidades institucional, econômica e social de associados, trabalhadores e gerentes e melhorar seus acessos a tecnologias, inclusive de informação e comunicação.
- 3.20 Estimular e apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários.
- 3.21 Desenvolver estratégias para assegurar o acesso das cooperativas ao crédito e ao mercado e sensibilizar instituições governamentais, não governamentais e financeiras a promoverem o acesso ao crédito.

- 3.22 Promover educação e capacitação nos princípios e práticas de cooperativas e oferecer assistência para fortalecer sua viabilidade comercial, sua capacidade de gerar emprego e renda e, ainda, para melhorar o nível de produtividade e de competitividade das cooperativas e a qualidade dos produtos e serviços.
- 3.23 Incentivar estratégias de promoção de igualdade de oportunidades nas cooperativas, especialmente para jovens e mulheres.
- 3.24 Desenvolver estratégias para que não se instituem cooperativas, ou não sejam usadas, como artifício para escapar das obrigações trabalhistas ou para mascarar relações de emprego.
- 3.25 Apoiar a realização de estudos de viabilidade dos empreendimentos associativos, envolvendo, simultaneamente, as questões técnicas, econômicas e de gestão, o respeito ao contexto cultural e à lógica peculiar de funcionamento dos empreendimentos populares.
- 3.26 Assegurar que os envolvidos no empreendimento ou na cooperativa tenham acesso a todas as informações necessárias para que possam ser protagonistas e assim avaliar e decidir, com conhecimento de causa, sobre as implicações de cada projeto e sobre as responsabilidades de cada um em relação às atividades previstas.

4. Implementar iniciativas que promovam o Trabalho Decente em atividades econômicas que contribuam para melhorar/conservar a atividade ambiental e que fortaleçam a produção local e a comercialização na região, com compartilhamento de responsabilidades e respeito às peculiaridades municipais

- 4.1 Incluir a dimensão ambiental na análise de viabilidade de cadeias de valor e de quaisquer outros empreendimentos econômicos, bem como nos planejamentos e ações propostas no âmbito da ARTD de Carajás.
- 4.2 Garantir que no planejamento das atividades da ARTD de Carajás seja considerada a situação dos recursos naturais, inclusive o respeito ao ciclo de crescimento e de reposição desses ao crescimento da população e a mudanças no modo de vida, o equilíbrio da comunidade, a geração de poluição e degradação do meio ambiente e o fato de certos mercados consumidores faze-

rem questão de comprovação de sustentabilidade ambiental dos produtos.

- 4.3 Incluir nos debates e no planejamento dos projetos a serem desenvolvidos na região o uso adequado da água, do solo e da vegetação bem como o descarte dos resíduos.
- 4.4 Implementar incentivos específicos para produtos agroindustrializados e de extrativismo sustentável que atendam aos requisitos da economia verde.
- 4.5 Estimular o uso de energias e combustíveis a partir de fontes renováveis, menos poluentes e/ou de baixa emissão de carbono, inclusive pela própria gestão municipal.
- 4.6 Articular regionalmente os centros de distribuição de alimentos municipais para a valorização da produção e comercialização de produtos locais, priorizando a aquisição de produtos com sustentabilidade ambiental, incluindo a produção dos empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar.
- 4.7 Estimular estudos e a implementação de tecnologias apropriadas, com a perspectiva de alcançar tecnologias que sejam, ao mesmo tempo, poupadoras de capital e de energia fóssil.
- 4.8 Estimular a compra de produtos de povos indígenas, comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.
- 4.9 Capacitar profissionais da alimentação escolar (nutricionistas, merendeiras) e a comunidade escolar em geral para que desenvolvam estratégias de adaptação de cardápios utilizando a produção local.
- 4.10 Prestar orientação aos empreendimentos econômicos sobre a legislação referente às questões sanitárias e ambientais, facilitando e priorizando a adequação desses empreendimentos.
- 4.11 Promover capacitação continuada para agentes locais e profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater em diversos temas, tais como: agroecologia, produção orgânica, sistemas agroflorestais, silvicultura, extrativismo, horticultura, artesanato, culinária tradicional, patrimônio cultural imaterial e inclusão socioeconômica de mulheres e jovens rurais.
- 4.12 Fomentar a implementação de parcerias no local de trabalho para a promoção de uma cultura de prevenção de riscos e para

a promoção da segurança e saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores.

- 4.13 Elaborar projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater sustentáveis que integrem produção, agregação de valor (industrial e artesanal), comercialização, organização social, gestão de empreendimentos e regularização ambiental.
- 4.14 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater voltados para inclusão socioeconômica de mulheres, jovens rurais e de Povos e Comunidades Tradicionais.
- 4.15 Promover a recuperação, o respeito, a valorização e a inclusão das tradições e dos saberes e fazeres indígena e quilombola em consonância com as estratégias de geração de renda e desenvolvimento sustentável que envolvam esses povos.
- 4.16 Prover os meios para capacitar os profissionais e serviços, bem como incrementar a produção associada nas regiões e municípios turísticos e fomentar o empreendedorismo nesta perspectiva.
- 4.17 Impulsionar o comércio da produção regional, incluindo os produtos oriundos da economia solidária, de associações e cooperativas e/ou da agricultura familiar.
- 4.18 Articular a participação de todos os municípios do território no beneficiamento da produção.
- 4.19 Fomentar a diversificação da produção.
- 4.20 Criar programas municipais de aquisição de alimentos, incluindo formações regionais, para mobilizar as prefeituras e criar um sistema regional de comercialização dos produtos locais.
- 4.21 Sistematizar e divulgar boas práticas municipais de apoio à comercialização, incluindo as boas práticas de compras institucionais.
- 4.22 Articular junto ao poder público municipal e às organizações sociais, empresariais e sindicais a criação de pontos de venda (ou locais de comercialização) dos produtos, incluindo feiras livres e eventos, como exposições.
- 4.23 Fortalecer os circuitos locais de comercialização, incluindo a mobilização entre organizações sociais e sindicais, poder público e co-

merciantes para diagnosticar e desenvolver estratégias para superar os gargalos locais para acesso dos produtos aos mercados.

- 4.24 Apoiar o desenvolvimento das agroindústrias familiares, incluindo a orientação para adequação de agroindústrias de pequeno porte ao marco legal.
- 4.25 Implantar estratégias de promoção de agroindústrias com base em diagnósticos de mercado, produção e logística para distribuição.
- 4.26 Identificar potenciais arranjos produtivos locais e regionais e prestar apoio para a sua estruturação.
- 4.27 Criar uma rede regional para a transferência de tecnologias.
- 4.28 Promover a criação e a institucionalização de arranjos municipais ou regionais para prestação de serviços de Ater multidisciplinar.
- 4.29 Capacitar lideranças rurais para elaboração de projetos de desenvolvimento comunitário direcionados ao processo produtivo, à industrialização (processamento/beneficiamento), armazenagem, distribuição e comercialização.
- 4.30 Estimular a criação, dentro das universidades da região, de incubadoras – tecnológicas, tradicionais, mistas, de agronegócios – ou cooperativas que possam acolher micro e pequenas empresas que estejam nascendo, bem como aquelas que buscam a modernização de suas atividades, de forma a transformar ideias em produtos, processos e serviços, orientando para assegurar a sustentabilidade do empreendimento.

GERAÇÃO DE MAIS E MELHORES EMPREGOS E OUTRAS FORMAS DE TRABALHO DECENTE

Resultado Esperado

Políticas públicas, programas, projetos e ações privadas alinhados, desenvolvidos, implementados e consolidados para desenvolvimento de estratégias sustentáveis que ampliem as oportunidades de empregos e trabalhos de qualidade, gerem renda, garantam a todos e a todas Trabalho Decente e sejam capazes de atender a todos os segmentos da sociedade.

Linhas de Ação e iniciativas propostas:

1. Direcionar investimentos públicos e privados, bem como estímulos fiscais e financeiros a setores estratégicos para geração de emprego e Trabalho Decente e promoção do desenvolvimento sustentável

- 1.1 Identificar, apoiar e fortalecer as empresas individuais (EI), microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP).
- 1.2 Divulgar e facilitar o acesso ao microcrédito, especialmente para os microempreendedores e os empreendedores individuais.
- 1.3 Facilitar o acesso dos micro e pequenos empreendimentos a mercados por meio de compras públicas, criação de sinergias entre grandes e médias empresas e promoção de exportações.
- 1.4 Incentivar a constituição, em arranjos produtivos, de projetos associativos de ME para promover a comercialização na região, em outros locais do estado, no país e no exterior, sem perder de vista a possibilidade de formação de parcerias entre essas empresas e as redes de varejo regionais, nacionais e estrangeiras.
- 1.5 Promover a diversificação econômica por meio da construção de capacidades de produção e de serviços com valor agregado para estimular a demanda local e a demanda externa.
- 1.6 Ampliar a oferta de qualificação e educação profissional – inclusive aprendizagem – adequando-a à realidade local e com respeito ao perfil do público-alvo, priorizando o público mais vulnerável.
- 1.7 Investir na melhoria da qualificação, no aperfeiçoamento das competências e na reorientação dos trabalhadores, em particular para aqueles que perderam ou correm o risco de perder os seus empregos, e para trabalhadores de grupos vulneráveis.
- 1.8 Promover consórcios públicos intermunicipais focados no investimento em educação técnica e profissionalizante.
- 1.9 Apoiar, incentivar e fortalecer setores produtivos com maior capacidade de geração de emprego.
- 1.10 Fortalecer programas e ações que garantam o acesso à documentação básica de identificação pessoal dos trabalhadores vulneráveis, especialmente de jovens rurais (certidão de nascimento, RG, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, Número de Identificação do Trabalhador – NIT, dentre outros).

- 1.11 Estimular e aprimorar experiências de desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com respeito a sua cultura e ao seu modo de vida.
- 1.12 Implementar programas e ações junto às empresas de combate à discriminação no trabalho, especialmente de jovens, mulheres, negros, pessoas com deficiência e LGBT.
- 1.13 Desenvolver estratégias de sensibilização, junto a empregadores e trabalhadores, sobre as vantagens de manter um ambiente de trabalho seguro e saudável, inclusive vantagens competitivas, aumento da produtividade e também dos benefícios em relação aos custos.
- 1.14 Orientar os empregadores sobre as quatro áreas prioritárias nas quais devem atuar para garantir um ambiente de trabalho saudável: ambiente físico de trabalho; ambiente psicossocial de trabalho; recursos para a saúde pessoal; envolvimento da empresa com a comunidade.
- 1.15 Possibilitar o intercâmbio de informações e divulgação de boas práticas empresariais, especialmente para orientar pequenas empresas na área de Saúde e Segurança no Trabalho e na promoção da igualdade de oportunidade e tratamento, especialmente para jovens e mulheres.

2. Reduzir a informalidade

- 2.1 Desenvolver estratégias para ampliar a proteção social dos trabalhadores informais, incluindo promover a conscientização dos/as trabalhadores/as informais sobre os programas da Previdência Social.
- 2.2 Utilizar os programas de obras públicas como garantia de emprego para trabalhadores vulneráveis.
- 2.3 Desenvolver estratégias para que as medidas de criação direta de emprego sejam bem direcionadas e englobem a economia informal, como forma de reduzir a informalidade.
- 2.4 Assegurar formas de garantir a organização, a participação e o direito de representação aos trabalhadores, inclusive os informais.
- 2.5 Divulgar as políticas de crédito existentes e desenvolver estratégias para possibilitar o acesso dos trabalhadores informais aos serviços financeiros, especialmente ao microcrédito.

- 2.6 Assegurar que o acesso do trabalhador informal ao microcrédito seja orientado por meio de assistência técnica.
- 2.7 Estimular e capacitar o trabalhador informal como empreendedor de micro e pequenas empresas e outros modelos de negócios e unidades econômicas, tais como cooperativas e outras unidades de economia social e solidária.
- 2.8 Prestar orientação para assegurar estratégias eficazes de Saúde e Segurança do Trabalho para os trabalhadores informais.
- 2.9 Desenvolver estratégias que previnam e combatam o trabalho infantil, inclusive no âmbito da informalidade.
- 2.10 Estimular a escolarização desde a alfabetização, assim como a elevação de escolaridade, com capacitações para o aprimoramento e desenvolvimento de competências.
- 2.11 Ampliar a divulgação de boas práticas, como a do Microempreendedor Individual – MEI, para que os trabalhadores deixem a informalidade.

PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO

Resultado Esperado

Desenvolvimento e implementação de estratégias de políticas públicas e ações privadas que assegurem que o trabalho, o emprego e a renda gerados no âmbito de toda e qualquer iniciativa da Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás sejam exercidos com respeito à dignidade humana, em condições de liberdade e segurança, e buscando a eliminação de formas inaceitáveis de trabalho, com especial atenção para a igualdade de oportunidades e de tratamento para jovens e mulheres.

Linhas de ação e iniciativas propostas:

1. **Desenvolver e implementar uma estratégia de promoção do Trabalho Decente para a juventude, com respeito às suas peculiaridades bem como à conciliação entre educação, trabalho e vida familiar, priorizando o acesso ao mundo do trabalho**

- 1.1 Garantir cursos de qualificação profissional voltados para jovens urbanos e rurais, em consonância com o mercado de trabalho local e com metodologias voltadas às realidades locais, incluindo o respeito à cultura da juventude rural.
- 1.2 Ampliação da oferta de ensino com ênfase na educação contextualizada, por meio da pedagogia de alternância (teoria na escola e prática na propriedade), em especial por meio das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e da Casa Familiar Rural (CFR).
- 1.3 Proporcionar ao jovem qualificação profissional e técnica, de acordo com as demandas do mundo do trabalho, assim como o desenvolvimento das competências empreendedoras, especialmente para os/as jovens desempregados.
- 1.4 Disponibilizar aos jovens cursos para o aprendizado de línguas estrangeiras, especialmente as mais utilizadas no mundo do trabalho.
- 1.5 Implementar atividades de orientação para o mundo do trabalho, incluindo orientação para processos seletivos, durante o ensino médio e o superior, e disponibilizar aos/às jovens diferentes atividades de preparação para o mercado de trabalho, com variedade de experiências e aprendizados.
- 1.6 Incorporar os temas do Trabalho Decente e do desenvolvimento sustentável regional em uma perspectiva de formação integral nos projetos pedagógicos e curriculares das escolas.
- 1.7 Divulgar junto aos empregadores a legislação referente à aprendizagem e ao estágio, enfatizando a importância para o mundo do trabalho e seus benefícios aos empregadores e, ainda, tornar públicas as responsabilidades e obrigações da escola e dos empregadores e os direitos dos/as estudantes contratados/as.
- 1.8 Desenhar programas específicos de curto prazo de educação profissional e técnica para os/as jovens de áreas rurais e urbanas, em sintonia com as condições sociais e econômicas locais ou regionais, assim como as trajetórias planejadas para médio e longo prazos.
- 1.9 Articular a inserção de jovens aos programas de fortalecimento dos arranjos produtivos e culturais locais/regionais.
- 1.10 Ampliar o acesso de jovens às tecnologias de informação e comunicação garantindo a inclusão digital por meio de cria-

ção de centros públicos, de espaços nas escolas e de outras estratégias, com destaque para os/as jovens rurais e as comunidades tradicionais, respeitando-se as especificidades sociais, regionais, étnicas e culturais, promovendo o acesso público e gratuito aos serviços de banda larga, com ênfase nas escolas e comunidades.

- 1.11 Incorporar conteúdo de introdução às tecnologias de informação e comunicação aos currículos do ensino médio.
- 1.12 Garantir condições de ingresso e/ou permanência das jovens grávidas ou mães no sistema educacional e promover medidas de apoio ao retorno de jovens mães para o ambiente escolar, estimulando a conclusão do ensino médio, o acesso e a conclusão do ensino superior.
- 1.13 Criar condições de infraestrutura física e institucional para a presença de alunas gestantes e/ou em situação de licença-maternidade e após licença-maternidade nas atividades escolares e profissionais e permitir a realização de atividades escolares regulares no domicílio das alunas gestantes e/ou em situação de licença-maternidade e após licença-maternidade.
- 1.14 Criação de parceria escola, prefeitura e empresas para ampliar o número de contratos de estágio e de aprendizagem.
- 1.15 Apoiar o processo de busca por trabalho entre jovens, incluindo apoio para deslocamentos.
- 1.16 Articular as áreas de Educação, Cultura, Esportes e Turismo para programa de desenvolvimento de talentos esportivos e artísticos e promover programas de políticas públicas que capacitem e potencializem a criação artística e cultural da juventude.
- 1.17 Articular novas oportunidades de emprego formal para os/as jovens dentro das políticas e ações de desenvolvimento local regional no curto e longo prazo, especialmente aquelas destinadas à redução das desigualdades regionais, e estimular os setores promissores para o futuro, bem como o aproveitamento de empreendimentos excepcionais, como as grandes obras previstas para a região.
- 1.18 Realizar debate público e incentivar estudos sobre os desafios de ingresso ao mundo do trabalho para os jovens, visando à ela-

boração de políticas públicas e de ações privadas, assegurando parcerias das universidades e outras instituições.

- 1.19 Desenvolver ações voltadas à promoção de um ambiente de trabalho que possibilite respeito à condição de jovem, além de proporcionar-lhes um aprendizado contínuo.
- 1.20 Fomentar o acesso da juventude rural às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater estimulando seu protagonismo, respeitando a diversidade e os interesses das comunidades rurais.
- 1.21 Apoiar a inserção de jovens trabalhadores e trabalhadoras em iniciativas de turismo de acordo com as potencialidades locais.
- 1.22 Fomentar ações de qualificação profissional da juventude rural, voltadas para a ampliação das suas oportunidades ocupacionais e inserção produtiva, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável e de inserção econômica e social.
- 1.23 Monitorar e atuar sobre os fatores de rejeição dos/as jovens candidatos/as às vagas disponibilizadas, informadas pelas empresas e organismos empregadores ou pelos próprios candidatos, com especial atenção para discriminações de classe social, sexo, cor/raça, orientação sexual e local de moradia.
- 1.24 Reduzir o número de jovens que não estão estudando e não estão ocupados no mercado de trabalho, promovendo ações para a inserção e reinserção no sistema educacional e no mercado de trabalho de segmentos mais excluídos, como as jovens mulheres e a juventude negra, no âmbito rural e urbano.
- 1.25 Criar, em parceria com as empresas, programas específicos de inserção de jovens egressos/as do sistema socioeducativo e do sistema penitenciário no mercado de trabalho.
- 1.26 Promover a inclusão socioprodutiva dos/das jovens egressos/as do sistema socioeducativo, pela articulação de políticas públicas e ações privadas, para dar condições para acolhimento e manutenção desses jovens no convívio familiar e com a comunidade.
- 1.27 Implantar programas de garantia que proporcionem aos jovens acesso concomitante à qualificação profissional e ao emprego, como forma de facilitar a transição da escola para o mundo do trabalho.

- 1.28 Disponibilizar aos jovens em busca de emprego aulas de reforço da formação básica, especificamente em português e matemática.
- 1.29 Garantir a inserção de jovens em programas governamentais nos vários níveis de governo.
- 1.30 Sensibilizar e envolver a iniciativa privada para estabelecimento e ampliação de programas para juventude.
- 1.31 Proporcionar ao jovem aprendiz formação integral, visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes básicas e específicas para o exercício profissional.
- 1.32 Promover atividades conjuntas com representações de empregadores que possibilitem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho.
- 1.33 Implementar proposta curricular, para jovens das áreas rurais, que contemple temas relacionados ao Trabalho Decente e ao desenvolvimento sustentável na região, priorizando a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e os seus saberes e práticas.
- 1.34 Estimular a participação das jovens mulheres e dos jovens rurais nos projetos de assistência técnica e extensão rural, apoio e incentivo ao associativismo e cooperativismo e acesso às linhas de crédito.
- 1.35 Incentivar estratégias de inserção dos/as jovens por intermédio da capacitação para a cidadania e atividades na comunidade que também contribuam para o desenvolvimento local, em atividades associadas ao meio ambiente, cultura, turismo e pesquisas sociais.
- 1.36 Incentivar os estudantes a levar para a escola o resultado das experiências na sua comunidade.
- 1.37 Possibilitar aos/às jovens rurais que desenvolvam meios de vidas sustentáveis, a partir de formações com temas relacionados à economia solidária, ao cooperativismo e à agroecologia.
- 1.38 Formar parcerias com instituições de ensino e órgãos de pesquisa para promover a elaboração de projetos para acesso dos/das jovens a novas tecnologias sociais.
- 1.39 Incentivar programa de bolsas de estudo destinado à inserção de jovens, especialmente jovens negros, em cursos preparatórios para concursos públicos.

2. Eliminação do trabalho infantil e do trabalho escravo

- 2.1 Implementar uma rede multidisciplinar e intersetorial de prevenção ativa ao trabalho infantil e ao trabalho escravo capaz de destacar as políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social.
- 2.2 Desenvolver programas e ações específicos no sistema educacional, de qualificação profissional e de assistência social, para a prevenção das piores formas de trabalho infantil e do trabalho escravo, bem como para a assistência de suas vítimas.
- 2.3 Integrar as políticas e programas voltados à erradicação do trabalho infantil e à eliminação do trabalho escravo com as políticas e programas de educação, qualificação profissional, de geração de trabalho, emprego e renda e de saúde, considerando não apenas a criança ou o trabalhador vulnerável, mas incluindo suas respectivas famílias.
- 2.4 Consolidar base de conhecimentos sobre o trabalho infantil e o trabalho escravo, por meio da realização e divulgação de pesquisas, estudos e avaliações, com especial atenção para as dimensões de gênero e raça.
- 2.5 Institucionalizar uma metodologia de identificação, denúncia e retirada de crianças de situação de trabalho infantil e de trabalhadores da situação análoga a de escravidão.
- 2.6 Definir competências em cada município para o enfrentamento do trabalho infantil e do trabalho escravo.
- 2.7 Estender a rede de aparelhos socioeducativos públicos – como creches e escolas – em tempo integral direcionados a crianças, como forma de inibir seu ingresso no mundo do trabalho.
- 2.8 Orientar e acompanhar as famílias vulneráveis ao trabalho infantil para assegurar o fortalecimento dos laços afetivos, inclusão da família nos programas sociais e apoio na busca de emprego para os pais.
- 2.9 Mapear e identificar comunidades de maior concentração de trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo, incluindo a identificação, dentro das realidades locais, de alternativas para elevação do grau educacional, qualificação profissional e alternativas de geração de trabalho e renda para o empoderamento comunitário.

- 2.10 Definir, implementar e acompanhar estratégias para a coibição da existência de trabalho infantil e de trabalho escravo nas cadeias produtivas, incluindo o comprometimento entre os agentes da cadeia.
- 2.11 Incrementar o diálogo social e a capacidade institucional para a implementação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo nos níveis municipais e regional.
- 2.12 Promover a conscientização do público em geral por meio da realização de campanhas informativas e ações de sensibilização, incluindo a parceria com a mídia e demais meios de comunicação locais.
- 2.13 Envolver e incrementar o engajamento do setor privado e das organizações de empregadores no combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo na região.
- 2.14 Desenvolver ações de geração de emprego e renda voltadas para reduzir a vulnerabilidade socioeconômica dos grupos suscetíveis ao trabalho escravo.

3. Desenvolver estratégias concretas para assegurar igualdade de oportunidade e de tratamento para as mulheres no mundo do trabalho, considerando sua inserção, inclusão, permanência e ascensão, como também a necessidade de conciliação entre o trabalho e a vida familiar.

- 3.1 Desenvolver estratégias que estimulem as empresas a adotar planos de igualdade com vistas à recuperação progressiva de eventuais situações de desigualdades de gênero, incluindo o desenvolvimento de carreiras e o enfrentamento de discriminações e situações de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.
- 3.2 Promover medidas de apoio ao retorno de jovens mães ao mercado de trabalho, ou estimular formas alternativas para sua inserção ocupacional.
- 3.3 Criar mecanismos que assegurem igualdade de oportunidades de acesso aos cursos de qualificação profissional, com o intuito de romper as barreiras associadas aos estereótipos de ocupações que seriam tipicamente masculinas ou tipicamente femininas.
- 3.4 Realizar parcerias com instituições de ensino médio, técnico e superior para estimular a inclusão de mulheres em áreas de Ciência e Tecnologia onde estão sub-representadas.

- 3.5 Estimular a participação das mulheres nos projetos de assistência técnica e extensão rural.
- 3.6 Apoiar e incentivar o associativismo e o cooperativismo entre as mulheres, especialmente entre as jovens mulheres rurais.
- 3.7 Apoiar mulheres para que acessem as linhas de crédito da agricultura familiar.
- 3.8 Estimular a formação de lideranças femininas nos espaços de representação de trabalhadores, incluindo sindicatos, associações, cooperativas, e outras unidades ou empreendimentos econômicos.
- 3.9 Realizar a capacitação de gestores de recursos humanos na temática de promoção da igualdade de gênero e combate às discriminações.
- 3.10 Ampliar a oferta de equipamentos públicos voltados para o compartilhamento do trabalho de cuidados com os filhos e filhas.
- 3.11 Desenvolver estratégias que facilitem a conciliação de trabalho com responsabilidades familiares, incluindo a ampliação da política de creches e a sensibilização de empregadores.
- 3.12 Promover iniciativas que visem à formalização do trabalho doméstico e à ampliação da proteção social dessas trabalhadoras.
- 3.13 Sensibilizar agentes públicos e a sociedade, com vistas ao reconhecimento dos direitos e da valorização do trabalho doméstico.
- 3.14 Promover campanhas internas nas organizações públicas e privadas que promovam o esclarecimento, o combate e a prevenção acerca do sexismo institucional e da discriminação de gênero.
- 3.15 Estimular as empresas a implementarem práticas de recrutamento e retenção de talentos com recorte de gênero, e recrutar e designar, de forma proativa, mulheres para posições de gestão e direção.
- 3.16 Capacitar os gestores para reconhecer sinais de violência contra as mulheres e para compreender as leis e políticas dos seus respectivos órgãos públicos ou empresas de combate ao assédio moral e sexual.
- 3.17 Sensibilizar as empresas para que assegurem igualdade de acesso a programas de educação e capacitação apoiados pela própria empresa, incluindo aulas de alfabetização, qualificação profissional e em tecnologia da informação.

GESTÃO E GOVERNANÇA

Resultado esperado

Políticas, programas, ações e estratégias, públicas e privadas, desenvolvidas para garantir a efetividade, a sustentabilidade e a continuidade da Agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás.

Linhas de ação e iniciativas propostas

1. Fortalecer os atores tripartites e a cultura do diálogo social para assegurar o comprometimento das instituições e suas parcerias

- 1.1 Criar um Comitê Gestor da ARTD de Carajás, de caráter intermunicipal e interinstitucional, tendo como base a formação tripartite – governo, trabalhadores e empregadores – mas incorporando outras instituições, com a responsabilidade de promover a gestão coletiva, acompanhar e monitorar a execução, assegurar o diálogo social e promover as parcerias necessárias.
- 1.2 Criar um Conselho de Municípios como uma instância consultiva e deliberativa da ARTD de Marabá, formada por representantes tripartites de cada um dos municípios que a integra.
- 1.3 Implementar uma forma de gestão articulada da ARTD, com respeito à autonomia de cada município participante, que facilite o desenvolvimento de iniciativas intermunicipais.
- 1.4 Definir, consolidar e garantir a institucionalização de mecanismos de diálogo social tripartites nos municípios.
- 1.5 Capacitar constituintes tripartites para participar ativamente e incidir na definição de políticas e ações privadas de fomento ao emprego e ao Trabalho Decente.
- 1.6 Fortalecer as associações, cooperativas e sindicatos, estimulando para que garantam a participação de jovens e mulheres, e assegurar a participação ativa de sindicatos e associações de empregadores e de trabalhadores nos fóruns de discussão e de elaboração das políticas públicas sobre temas relacionados à ARTD de Carajás.

- 1.7 Articular e coordenar a gestão entre as instituições públicas e privadas, partindo da garantia do diálogo social e do compartilhamento de responsabilidades em prol de atingir os resultados esperados na ARTD de Carajás.
- 1.8 Promover a participação e sensibilizar para a colaboração do setor público estadual e federal com atuação local, de órgãos do sistema de Justiça, do Legislativo municipal, da sociedade civil, de representação acadêmica e de pesquisa nas atividades relativas à ARTD de Carajás.
- 1.9 Garantir espaços regulares de participação e de diálogo social, envolvendo todas as instituições do mundo do trabalho da região dispostas a colaborar com a ARTD de Carajás.
- 1.10 Garantir a interlocução com as instâncias de diálogo social já existentes nos municípios, para inclusão das temáticas da ARTD de Carajás.
- 1.11 Definir meios de garantir a integração de trabalhadores e trabalhadoras da economia informal junto às instâncias e processos de diálogo social.
- 1.12 Fomentar a incorporação do tema da igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho nas instâncias de diálogo social, com especial atenção às questões de juventude e de gênero, bem como ao desenvolvimento de mecanismos que propiciem a participação de mulheres e jovens nessas instâncias.
- 1.13 Garantir que os espaços de diálogo e de participação social incluam povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária afetados ou beneficiados por programas, políticas, projetos e ações da ARTD de Carajás.
- 1.14 Garantir processos autônomos de controle social.
- 1.15 Realizar capacitação da comunidade em geral nas temáticas relacionadas ao Trabalho Decente e ao desenvolvimento sustentável.
- 1.16 Definir estratégias para que as responsabilidades sobre cada ação planejada sejam atribuídas aos diferentes atores do mundo do trabalho comprometidos com a ARTD de Carajás, dentro de suas competências e responsabilidades institucionais.

2. Assegurar a efetiva transversalidade dos temas relacionados à ARTD de Carajás na implementação de políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas pelo governo municipal e demais instituições parceiras e buscar a articulação da ARTD de Carajás com as políticas estaduais e federais em desenvolvimento nos municípios da região

- 2.1 Criação, como política pública, de Planos de Ação Municipais a partir das Prioridades e Linhas de Ação definidas na ARTD de Carajás, com responsáveis, metas e prazos definidos.
- 2.2. Elaborar e implementar projeto que garanta dotação orçamentária em âmbito municipal para assegurar o suporte técnico, administrativo e operacional para o funcionamento da ARTD de Carajás, dentro das competências e compromissos assumidos por cada município.
- 2.3 Definir, em cada prefeitura, o órgão responsável pela articulação interinstitucional e coordenação das atividades relacionadas à ARTD nos seus respectivos municípios.
- 2.4 Utilizar, de forma integrada, as ações e programas já existentes nos municípios.
- 2.5 Mobilizar e sensibilizar entidades privadas, empresas e associações patronais para a importância da participação efetiva dos empregadores na implementação da ARTD de Carajás.
- 2.6 Sensibilizar representações de trabalhadores, órgãos do sistema de Justiça, entidades da sociedade civil, instituições de ensino superior e de pesquisa e Legislativo municipal para a importância da adesão e do efetivo apoio às atividades da ARTD de Carajás.
- 2.7 Mobilizar as representações locais de trabalhadores e empregadores para, em conjunto com as prefeituras e outras instituições estratégicas parceiras da ARTD de Carajás, demandar junto aos governos federal e estadual investimentos na infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável na região.
- 2.8 Ampliar a base de conhecimento, visando à elaboração de diagnósticos, indicadores e mapeamento de ações realizadas na região, nas áreas relacionadas à ARTD de Carajás.
- 2.9 Desenvolver e implementar sistema de gerenciamento de banco de dados que possibilite a coleta e o registro de informações relevantes e que acompanhe a implementação e a execução de po-

líticas públicas, programas, projetos e ações privadas para apoiar os municípios e articular a visão regional das atividades desenvolvidas no âmbito da ARTD de Carajás.

- 2.10 Criar e manter uma plataforma pública de informações sobre a ARTD de Carajás.
- 2.11 Divulgar periodicamente as ações realizadas e os resultados alcançados no âmbito da ARTD de Carajás.
- 2.12 Assegurar a integração dos temas relacionados à ARTD de Carajás nas instâncias já existentes de monitoramento de programas e projetos institucionais estaduais e municipais relacionados ao Trabalho Decente e ao desenvolvimento sustentável na região.
- 2.13 Capacitar gestores municipais, sociedade civil e demais entidades parceiras nos temas relacionados a Trabalho Decente e ao desenvolvimento sustentável.
- 2.14 Sensibilizar e capacitar profissionais de Comunicação locais e regionais, incluindo a comunicação comunitária, sobre temas relacionados ao Trabalho Decente e ao desenvolvimento sustentável.
- 2.15 Assegurar a realização periódica de encontros intermunicipais e regional para trocas de conhecimentos e experiências, divulgação de boas práticas e formação de parcerias e redes.
- 2.16 Realizar periodicamente oficinas de planejamento operacional e oficina de planejamento estratégico da ARTD de Carajás.
- 2.17 Avaliar constantemente as atividades da ARTD de Carajás para verificar avanços, entraves e ajustes necessários para alcançar os resultados esperados.
- 2.18 Sistematizar o modelo desenvolvido para replicação/adaptação em outras localidades e apoiar a disseminação de ferramentas e de metodologias da ARTD de Carajás para outras regiões interessadas.
- 2.19 Apoiar o desenvolvimento de linhas de pesquisa vinculadas aos temas de Trabalho Decente e de desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior da região.
- 2.20 Adotar de maneira transversal ações para informar sistematicamente à sociedade sobre o princípio constitucional da reparação integral de lesões à coletividade, possibilitando que esse se torne domínio público da sociedade regional.



V. OPERACIONALIZAÇÃO

Com prioridades, resultados esperados e linhas de ação estabelecidos e com um repertório de iniciativas possíveis por meio das possibilidades de intervenção já enumeradas, tudo devidamente pactuado entre os atores locais, a etapa seguinte é adotar as ações necessárias para efetivamente pôr em prática a ARTD de Carajás.

A construção participativa possibilitou que a ARTD refletisse anseios abrangentes, bem como contivesse as experiências de instituições envolvidas, as quais participaram de todo o processo de construção. Os desafios de um processo tão amplo quanto o de desenvolvimento de uma Agenda de Trabalho Decente precisam ser previamente reconhecidos. O envolvimento de diversas instituições para alcançar as metas exigirá dedicação, mobilização contínua e também respeito à dinâmica própria de cada uma delas. A ARTD se forma pela livre adesão de cada instituição que entende a sua importância e, nesse sentido, o esforço deve ser sempre colaborativo e compreensivo, para agregar, somar esforços e formar elos, e não criar tensões, alimentar divergências e romper ligações. A proposta de trabalhar a partir de consensos é também fundamental, considerando que pontos de vistas diferentes sempre surgirão quando se reúnem instituições diferentes (trabalhadores, empregadores, governo, órgãos de fiscalização, órgãos de repressão, sociedade civil, julgadores, pesquisadores). Entretanto, definir pontos de convergência sobre questões-chave permite o trabalho conjunto, a adesão perene e o avanço da proposta. A sensibilização também é um ponto contínuo e estratégico, bem como a compreensão da dinâmica e do ritmo de cada instituição parceira, que eventualmente poderá estar mais ou menos ativa no processo, sem que isso invalide sua participação nem a desmereça ou desqualifique, e sem que isso paralise a Agenda, que deve

permanecer sendo desenvolvida com as instituições e parceiros disponíveis naquele momento. O espaço de desenvolvimento da Agenda deve ser aberto e democrático para respeitar a realidade e o momento de cada instituição e agregar todas as colaborações possíveis.

Para alcançar os resultados esperados, podem ser usadas ações ou políticas já institucionalizadas na esfera pública e/ou privada. Para isso, é importante levantar as iniciativas já existentes e criar estratégias de articulá-las com as Linhas de Ação previstas. Um primeiro passo pode ser realizar um inventário de ações já em curso na região para a superação dos problemas que foram consideradas prioridades na Agenda Regional de Trabalho Decente. Dessa forma, ações que já ocorrem, mas de forma dissociada e fragmentada, poderão ser fortalecidas, superando lacunas e unindo diferentes esforços dedicados à superação desses problemas. Assim, a forma mais rápida para colocar em prática é, de fato, incorporar as ações da ARTD de Carajás aos planejamentos estratégicos e às ações regulares dos órgãos. Outra forma de alcançar os resultados é pela criação de programas ou planos de ação. O repertório de iniciativas possíveis já enumeradas na Agenda visa colaborar nesse processo. Com base nas informações adquiridas ao longo da construção, já consta desta Agenda uma série de propostas detalhadas para a superação dos problemas identificados.

O planejamento das ações a serem desenvolvidas deve ocorrer segundo as capacidades institucionais e orçamentárias das instituições que irão implementá-las. Apesar do inquestionável papel das políticas públicas nesse processo, não restou dúvidas durante os debates para o lançamento da Agenda que é necessário que cada instituição se una ao esforço de promover o desenvolvimento sustentável na região. O desafio é reconhecido e envolve superar entraves históricos e dificuldades atuais, solucionar divergências para, assim, formar alianças em prol das melhorias que se quer para a região. É preciso reconhecer a importância da Agenda como estratégia viável e, concomitantemente a esse reconhecimento, é preciso que cada instituição também se reconheça como um importante agente de transformação da realidade. Nessa perspectiva, é necessário que cada instituição envolvida se aproprie desta Agenda e avalie, com seus membros, como pode colaborar com suas ações institucionais para que os resultados esperados sejam alcançados. É necessário ainda compreender que cada instituição parceira é também responsável, dentro das suas competências, suas possibilidades, seus planejamentos, seu orçamento e seus

recursos humanos, em contribuir com ações para alcançar os resultados esperados da ARTD. Há total autonomia para alocação de recursos referentes às ações que assumirem dentre as suas responsabilidades. Deve-se atentar para que a incorporação de ações no âmbito orçamentário dos parceiros obedeça à autonomia e à dinâmica próprias de cada instituição envolvida. Respeitando-se a dinâmica particular e as especificidades de cada órgão, deve-se buscar a integração de programas, projetos e ações que atendam a mesma finalidade. Assim, a efetivação da ARTD exigirá cooperação interinstitucional, transversalidade e intersetorialidade. É preciso compatibilizar metas e competências, bem como articular e alinhar atuações e iniciativas diversas, mas voltadas para um objetivo comum. O compromisso público de todas as instituições que se dispuserem a apoiar é fundamental para que as parcerias e sinergias possam ocorrer. E a promoção do diálogo social exigirá que os líderes dos diferentes grupos envolvidos tenham a capacidade de mediar diferenças e de usar a linguagem adequada para cada grupo. O caráter regional da iniciativa dependerá, também, da capacidade de representação das instituições, sejam elas municipais, intermunicipais, regionais, e mesmo estaduais, engendrarem esforços para a ampliação das suas ações para além dos municípios, assegurando parcerias e iniciativas intermunicipais no âmbito da ARTD de Carajás.

Para colaborar nos avanços da Agenda, é importante nivelar as informações referentes a cada prioridade eleita. A discussão sobre os temas de cada prioridade pode gerar um maior número de informações decorrentes do conhecimento acumulado nas instituições que participaram dos debates. Uma estratégia que pode ser adotada é a formação de câmaras temáticas que tratam dos temas prioritários separadamente. Isso possibilita a participação de todas as instituições envolvidas com cada tema prioritário e fornece maior conhecimento da realidade, fluxo de informações eficiente, atuação em parceria, redução da duplicidade de iniciativas e potencialização de resultados. Possibilita, ainda, que o Comitê Gestor da ARTD de Carajás e o Conselho de Municípios possam se dedicar às discussões e decisões mais estratégicas. As câmaras temáticas podem se configurar como instâncias para as quais são convidados profissionais e representações de uma determinada área, formadas para debater, formular propostas coordenar e acompanhar ações para cada um dos temas prioritários da ARTD de Carajás. Essas instâncias seriam subordinadas ao Comitê Gestor, e o formato mais adequado seria o intermunicipal, abarcando municípios mais próximos, lembrando que, quanto maior

a capacidade de agregar, menor a fragmentação e a replicação de instâncias que atuam para o mesmo objetivo.

No caso de cada governo municipal, é inegável o papel prioritário da política pública para se alcançar os resultados esperados com a ARTD, afinal, o Poder Executivo Municipal é responsável pela defesa do interesse público, manifestando essa vontade por meio da Administração Pública. O comprometimento do governo é essencial para garantir a sustentabilidade da iniciativa, adotando a estratégia de integrar os princípios do Trabalho Decente as suas diretrizes políticas, programas e projetos. É importante que a ARTD seja entendida como meta de governo e incorporada a sua visão estratégica. O desenvolvimento da ARTD exigirá uma ação sistemática em diversas frentes, e não apenas das políticas de trabalho estritamente. Assim, com a apropriação e o amadurecimento da proposta, espera-se que, no futuro, os temas da ARTD de Carajás se integrem de forma harmônica em cada Plano Plurianual – PPA municipal. Isso colaborará para garanti-la institucionalmente e dará funcionalidade à Agenda. Ressalta-se ainda que, considerando o caráter multidisciplinar do tema “Desenvolvimento sustentável pelo Trabalho Decente”, as ações orçamentárias relacionadas devem estar previstas nas diversas secretarias municipais que possuem inter-relação com o assunto. Isso contribuirá para fortalecer a sua transversalidade nas políticas públicas municipais e assegurar o caráter intersetorial das ações, além de garantir a efetiva interseção nas políticas econômicas e nas políticas sociais. Além disso, os governos municipais desempenham um papel fundamental na construção das articulações interinstitucionais em benefício do desenvolvimento local sustentável, uma vez que existe proximidade natural com vários segmentos representativos e legítimos da sociedade.

Por sua imensa capacidade de afetar os sistemas naturais e sociais e seu grande poder de transformação, as empresas devem assumir o seu papel na construção do desenvolvimento sustentável, integrando em suas operações e gestão, de forma sistêmica, os princípios e critérios que norteiam a ARTD de Carajás. Todavia, a atividade empresarial, assim como os governos municipais, não deve ser vista como a única solução para os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, pois, sendo um processo dinâmico e com objetivo de longo prazo, somente a aliança dos vários segmentos da sociedade com setores da economia poderá gerar comprometimento em torno da sustentabilidade em âmbito local e regional. Sempre deve-

se ter como ponto norteador que cada instituição que adere à proposta da ARTD de Carajás possui um papel importante. Desse modo, todas precisam colaborar de forma ativa para que a estratégia da ARTD seja colocada em prática, agindo e acompanhando para que os resultados sejam efetivamente alcançados.

O modelo de governança a ser adotado, com garantia de diálogo e participação social, a construção coletiva e o respeito às peculiaridades de cada instituição envolvida são um importante instrumento para garantir a adesão, a motivação e a permanência dos parceiros, não apenas como propositores ou fiscalizadores de políticas públicas, mas como corresponsáveis pelos resultados que se pretende alcançar. Será preciso definir uma matriz de responsabilidades e criar mecanismos de fomento à participação constante das instituições parceiras. Também será preciso ter autonomia para auto-organização. Outro aspecto importante é adotar uma abordagem sistêmica em que os envolvidos na gestão da Agenda tenham capacidade de adaptação e ampliação do modelo de funcionamento e gestão ao longo do processo de implantação da ARTD de Carajás. A ARTD exigirá uma percepção compartilhada da interdependência. Superar a segmentação e a fragmentação se faz necessário para concretizar os objetivos da ARTD, que exigirão atuação conjunta, intersetorial e integrada. É preciso reconhecer a dinâmica da Agenda e suas características, regionalidade e inovação na forma de atuar, com metodologia própria e menos formalidade. No esforço de tornar efetiva a Agenda, muitos desafios surgirão e, nesse momento, será preciso reconhecer as limitações de uma Agenda de Trabalho Decente, identificar gargalos ou entraves que não são superáveis para, assim, focar nas suas potencialidades e nas ações possíveis e exequíveis. Deve-se, também, reconhecer a complexidade de coordenar harmonicamente um conjunto de ações e programas diversos, de órgãos independentes e autônomos, e considerar que, neste contexto peculiar, os prazos nos planos de ação precisarão ser ajustados considerando a dinâmica própria e o tempo de cada instituição.

Na perspectiva da sustentabilidade, deve-se reconhecer o papel do trabalho em rede, da responsabilização e apropriação das ações da Agenda por parte de seus distintos integrantes como fundamental para garantir que o controle social seja capaz de sustentar e aprofundar as estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável pelo Trabalho Decente ao longo do tempo. Outro fator importante para a sustentabilidade é garantir que o funcionamento do Comitê interinstitucional responsável pela gestão da ARTD de Carajás tenha o auxílio

de um Conselho de Municípios, atuando para garantir que todos os municípios envolvidos tenham suas demandas pautadas no âmbito da ARTD de Carajás. E dentro de cada instituição integrante dever haver um/a funcionário/a definido como ponto focal, responsável por acompanhar as atividades da Agenda e com acesso direto ao gestor máximo da instituição para garantir, por um lado, a rapidez na tomada de decisão e, por outro, o pleno conhecimento pelo gestor do que está sendo deliberado e do andamento das ações da Agenda. Será preciso criar a cultura de gerar relatórios periódicos de acompanhamento de execução das ações dos planos de ação ou de eventual programa, o que pode ser feito por meio de um sistema informatizado de monitoramento, agregando o máximo de informações sobre todas as ações realizadas pelas instituições envolvidas. Coletar e organizar tantas informações, de tantos setores, de tantos órgãos e instituições é um esforço que envolverá comprometimento, sensibilização contínua e um órgão responsável por sistematizar tais informações. Será necessário, também, manter o regular fluxo de informações.

De forma resumida, pode-se enumerar os seguintes requisitos para implementar a ARTD de Carajás:

- Vontade, compromisso e decisão política;
- Instituições aptas e dispostas a colaborar;
- Existência de um comitê intersetorial encarregado da gestão coletiva;
- Existência de um órgão responsável pela secretaria executiva que participará da coordenação do processo;
- Elaboração e atualização periódica de base de conhecimento sobre o tema;
- Intersetorialidade entre os órgãos envolvidos;
- Transversalidade no âmbito governamental;
- Integração interna (dentro dos órgãos e instituições envolvidos) e externa (entre os órgãos e instituições envolvidos);
- Garantia e respeito às parcerias;
- Respeito à dinâmica e à autonomia de cada instituição envolvida;
- Preocupação com a institucionalização do processo, inclusive por meio de decretos e leis;

- Respeito ao diálogo social;
- Reforço da importância do controle social;
- Capacitação de atores locais;
- Mobilização contínua;
- Monitoramento e avaliação;
- Flexibilidade para ser adaptada e atualizada.

